

INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE PENSAM OS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR

Nelma G. Santos (G-UFMS)

Lorena C. C. Pereira (G-UFMS)

Jassonia L.V. Paccini (UFMS)

Resumo

O presente estudo tem o objetivo de analisar o que os professores pensam sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Participaram desta pesquisa seis professores da rede estadual de Paranaíba. O resultado preliminar da pesquisa ainda em andamento constatou que os participantes têm uma percepção negativa sobre a proposta inclusiva, expressam angústias, frustrações e sentimento de insatisfação para fazer cumprir tal proposta. Também apontam várias dificuldades envolvidas nesse processo, tais como, falta de preparo/capacitação profissional, falta de infra-estrutura das escolas e escassez de materiais didáticos adaptados. Verifica-se que, embora haja um consenso sobre a relevância da inclusão escolar, aparecem concepções, sentimentos diversificados e contraditórios, indicando necessidade de maiores discussões e esclarecimentos frente à temática. Pois, conceber a educação a partir do ponto de vista inclusivo nos obriga a refletir e a repensar o sistema educacional a partir da reforma de pensamento e de ações educativas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Percepção de Educadores. Inclusão.

1. Introdução

Atualmente pode-se observar o elevado número de documentos, leis, políticas educacionais, declarações e planos estratégicos contendo uma nítida preocupação com os rumos que a educação deve tomar em nosso país, principalmente a Educação Inclusiva, no que se refere à inserção de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular. Outro ponto, também muito debatido, refere-se às possibilidades e alternativas para a realização de uma prática educativa compelida com a construção de uma sociedade mais democrática. Pois, *“a educação é uma condição formadora essencial ao desenvolvimento humano, e um dos principais espaços sociais possíveis para sua construção é a Escola”* (GLAT; MÜLLER, 1999, p. 15).

Trata-se de uma polêmica que ganha corpo à medida que, por força da lei, os sistemas de ensino regular são obrigados a receber alunos antes considerados clientela de serviços em instituições especializadas.

Nesse contexto, segundo Glat, Pletsch e Fontes (2007) a Educação Especial, que em sua história, responsabilizou-se pela educação dos indivíduos com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e /ou de comportamento e altas habilidades, está ganhando maior visibilidade nos debates político-educacionais, desde a década de 90, quando ocorreu o reconhecimento da Educação Inclusiva como política educacional prioritária na maioria dos países, entre eles o nosso país. Ela tem como princípio básico, que o atendimento educacional de todos os alunos independente de suas condições sócio-econômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, seja nas escolas regulares, as quais devem se adequar para atender às suas necessidades, pois estas se constituem como os meios mais competentes para combater as atitudes discriminatórias (UNESCO, 1994).

Mas para que isso ocorra é necessário que sejam identificadas às demandas que o aluno apresenta em sua interação no ambiente escolar, e oferecer-lhe as condições necessárias para sua aprendizagem.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 294-300	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

No que se refere aos alunos com deficiência, segundo Glat, Pletsch e Fontes (2007) a presença de suportes pedagógicos especializados no ensino comum apresenta-se como uma experiência favorável, senão fundamental, para que a inclusão se efetue. Dessa forma, a escola para tornar-se inclusiva, necessita avaliar e re-desenhar sua estrutura, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas metodologia, e estratégias de ensino, enfim, promover grandes mudanças organizacionais e funcionais, (GLAT E MÜLLER, 1999; GLAT; PLETSCH e FONTES, 2007). Para essas autoras, a proposta da Educação Inclusiva fundamenta-se justamente no pressuposto da escola ter que oferecer as flexibilizações curriculares, articuladas com os interesses individuais e sociais dos alunos; acabar com as barreiras arquitetônicas e de comunicação em suas dependências, e desenvolver metodologias e praticas pedagógicas que abarquem as demandas individuais, com isso, terão condições de aprender e se desenvolver juntos.

Nesse novo modelo, o sistema educacional deve dar respostas efetivas diante do desafio de educar a todos. As funções e papéis dos educadores devem ser revisto, objetivando uma adaptação à nova realidade escolar. A inclusão é, portanto, um processo complexo, configurado nas confluências entre o pensar, o sentir e o agir e as determinações sociais, num movimento dialético.

Com base nisso, o objetivo do presente estudo é analisar o que pensam os professores sobre a inclusão escolar. Haja vista a participação desta cidade no Programa Nacional Educação Inclusiva: direito à diversidade, desde 2004, sendo um dos municípios – pólo dentre um total de 144 municípios em todo território brasileiro. Este Programa Nacional em consonância com os pressupostos legais e conceituais de uma educação para todos tem como objetivo difundir a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e amparar a formação de gestores e educadores para concretizar a alteração dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. Tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de uma educação de qualidade, com acesso e permanência nas escolas da rede regular de ensino.

2. Desenvolvimento

Para a realização deste trabalho, o qual é parte de uma pesquisa em andamento, escolheu-se como fundamentação teórica os referencias da abordagem sócio-histórica, a qual é fundamentada no método materialista dialético, pelo fato do fenômeno analisado encontrar-se em fase de implementação. Esse processo de mudança e de movimento caracteriza o processo histórico; esse é o requisito básico do método dialético, segundo Vygostsky (1994). A análise dos dados coletados foi realizada através da análise qualitativa do discurso.

Condizente com esse método escolheu-se a entrevista semi-estruturada, para a coleta de dados. Haja vista a possibilidade dos entrevistados em dispor de mais oportunidades e espontaneidade para discorrer sobre o tema pesquisado, podendo trazer para a pesquisa, dados relevantes e significativos, além de ter a oportunidade de observar as expressões e atitudes do entrevistado, bem como fazer perguntas complementares, e também oferecer flexibilidade e melhores esclarecimentos durante a entrevista.

Foram participantes do estudo todas as seis escolas da rede estadual da cidade de Paranaíba-MS. Por tanto, participaram seis professores, sendo, um professor de cada escola, do ensino fundamental ao médio; que tinham ou não alunos com necessidades educacionais especiais incluídos. As escolas estão distribuídas pela cidade, desde o bairro central até bairros periféricos.

A coleta de informações foi realizada em quatro etapas: revisão bibliográfica e

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 294-300	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

documental referentes à inclusão escolar na educação básica; elaboração do roteiro para a entrevista com os professores, visita à escola para explicar sobre a pesquisa e esclarecer sobre os aspectos éticos que permeiam a pesquisa, juntamente com a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por fim à coleta de informações diretamente com os professores nas suas respectivas escolas no horário de trabalho. O tempo médio das entrevistas foi de 40 minutos e foram entrevistados seis professores, todas as entrevistas foram gravadas para maior fidedignidade da leitura dos dados e posteriormente foram transcritas para a análise. Para se garantir o sigilo, os nomes dos professores foram substituídos por letras e números de 'P1' a 'P6'.

Como resultado encontrou-se um conjunto de indicadores de conteúdos que foram organizados nas categorias de significação que versam sobre: Percepção de inclusão; Preparo do professor; Prática pedagógica; Orientação, apoio e suporte pedagógico; Condições para a inclusão; Inclusão escola x inclusão social. Na categoria *preparo do professor* serão abordadas duas subcategorias: sentimentos que permeiam o trabalho do professor com ou sem alunos incluídos e a sua capacitação. E na categoria *condições para a inclusão* identificaram-se duas subcategorias: condições estruturais/matérias e condutas atitudinais.

Em relação à categoria percepção *de inclusão*, a qual se refere às idéias e formas de conceber e inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, destacou-se os seguintes conteúdos expressos pelos entrevistados:

P(4) Eu acho muito difícil. Ele tem dificuldade, ai você tem que determinar um tempo específico pra da um atendimento aquele aluno... Mas eu acho assim que deveria ter uma sala específica na escola pra ter um atendimento a esses alunos.

P(6) Olha eu vejo assim, a questão da socialização é positiva... Mas, no fundo, acho que mesmo nessa inclusão eles ficam excluídos.

Verifica-se que a concepção de inclusão, sob o ponto de vistas desses participantes, é definida como sendo muito difícil, ao exigir uma maior dedicação desse profissional para lidar com esses alunos e, impõe que a escola se adéque para melhor atender essa clientela. A maioria dos entrevistados aponta a falta de material adequado, a falta de apoio especializado e o despreparo dos profissionais em trabalhar com uma proposta inclusiva, como sendo uns dos principais fatores que dificultam a efetivação da inclusão. Além disso, entendem inclusão escolar como sendo apenas uma socialização, ou seja, compartilhar o mesmo espaço físico.

Talvez se possa afirmar que a presença dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular represente um obstáculo à medida que demande mais esforço e preparo de toda comunidade escolar para atendê-los. Nota-se que os participantes referem-se à inclusão como um trabalho possível, embora ainda não esteja ocorrendo efetivamente, mas que demanda sobrecarga de trabalho tal como capacitações, treinamentos e preparo de atividades. Essa concepção evidencia que a inclusão não é um processo natural, espontâneo, mas que requer uma reestruturação do modelo educacional vigente. Fica evidenciada a complexidade de tal proposta.

As falas que se seguem referem-se à categoria *preparo do professor* no que concerne aos sentimentos que permeiam sua atuação e a sua capacitação:

P(1) Falta, preparo para os profissionais que lidam com ele.

P(2) A escola não tem nada adequado ... É o sistema educacional, não nos oferece nada pra facilitar o nosso trabalho; eu acho que hoje nas escolas não está tendo inclusão, ainda continua a exclusão.

P(5) A gente entra em pavor, a gente não sabe como trabalhar. Será que eu vou saber ensinar meu aluno?...É esse o medo que nós temos, de não dá conta.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 294-300	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

P(6) Às vezes eu me sinto assim, incapaz, não só com eles.

A maioria dos professores, afirmam que tanto a escola como eles não estão preparados, falta respaldo do sistema educacional, falta material, e ainda reconhecem que a exclusão permanece nas escolas.

O que se constata, nesses discursos, é o sentimento de impotência e de incapacidade das escolas, e em particular, dos professores para fazer cumprir a proposta de inclusão. Esses últimos julgam-se despreparados para lidar com esses alunos, pois, falta-lhes a compreensão da proposta inclusiva, a formação conceitual apropriada, a maestria, no que se diz respeito, as didáticas e as metodologias e as condições apropriadas de trabalho (Beyer, 2003). Para isso, é necessário que a escola disponha de professores capacitados para atuarem nessa perspectiva inclusiva e, que principalmente, que tenham uma formação continuada.

Embora, Paranaíba seja um dos municípios pólos do Projeto Educar na Diversidade, desenvolvido pela Secretaria de Educação Especial-MEC, desde 2004, o qual capacita e acompanha docentes para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas nas salas de aula, e todos os professores foram convidados a participar do curso. Os professores foram unânimes em afirmar que não tinham nenhuma capacitação referente à inclusão.

Além disso, a maioria dos profissionais relatou a não congruência entre teoria e prática, como se pode observar nas seguintes falas:

P(1) Muitas vezes você trabalha a teoria, mais falta à prática. Então é complicado... muitas vezes não há um engajamento entre a prática e a teoria.

P(2) Falta fazermos um curso e capacitar e procurar colocar aquilo, que seja pra iniciar na sala de aula, só que nós não fazemos isso infelizmente.

Essa incongruência se dá pelo fato, dos cursos de formação de professores ensinarem a teoria, a didática, porém não vinculam estes conhecimentos ao exercício em sala de aula. Isso ocorre, devido ao distanciamento entre os conteúdos abordados nas capacitações e a realidade condizente encontrada em seu ambiente de trabalho (GLAT; MAGALHÃES e CARNEIRO, 1998). O professor deve ser incentivado a refletir sobre a sua prática, a partir da teoria, sendo incentivado a transformá-la sempre em benefício dos alunos.

O desconhecimento de como ensinar em um ambiente inclusivo evidencia-se na forma de lidar com esse alunado no processo ensino-aprendizagem:

P(6) Às vezes é preciso fazer algumas adaptações pra ele. Mas normalmente eu tento trabalhar igual, pra que não haja muita diferenciação.

P(5) Olha, eu não sei até que ponto a prática pedagógica muda.

Os professores sabem que necessitam criar estratégias de ensino juntamente com materiais adaptados para poderem ensinar na diversidade, porém não sabem articular o conhecimento adquirido nas capacitações com a práxis, no sentido de criar essas estratégias. No relato do participante P(6) nota-se que ele desconhece que mudar a prática pedagógica para atender as necessidades de seu aluno não se configura como discriminação, mas sim um mecanismo que possibilita o processo ensino aprendizagem em sala de aula.

Como se não bastasse, esses profissionais desconhecem o direito assegurado por lei de disporem de orientação, apoio e suporte pedagógico, além disso, ignoram o funcionamento dos atendimentos educacionais especializados, como sala de recursos.

Tal desconhecimento acaba por dificultar a efetivação da proposta inclusiva, haja vista, que a presença de suportes pedagógicos especializados tem fundamental importância para que a inclusão se efetive. Nas falas, fica evidente que os alunos com necessidades

especiais não estão usufruindo plenamente desse atendimento especializado assegurado pela DNEEEB/01, de um lado pela falta de conhecimento dos educadores e de outro pela falta de respaldo do sistema educacional como um todo a esses profissionais.

Em relação à categoria *Condições para a inclusão* evidencia-se a importância dos fatores que favorecem ou não a inclusão dos alunos com necessidades especiais, que vão desde barreiras arquitetônicas e matérias até barreiras atitudinais de toda a comunidade escolar.

P(2)...se for questão de sala e, é física teria que mexer em toda estrutura da escola.

P(3)...na escola não tem nada que favorece, eu falo assim no sentido da parte física?(...) a gente precisa muito de material e não tem!... não tenho tempo nem de estar confeccionando material para trabalhar adequadamente.

P(6)...a rede física, nós não temos banheiro adaptado, nós não temos rampa, a escola tem muitos degraus(...) o material que a gente tem é o material comum, não tem material específico não.

Nos discursos dos professores, eles foram unânimes em afirmar que a rede física das escolas não está preparada para receber esses alunos, ademais, não usufruem de materiais didáticos adaptados.

Como se pode observar nas falas dos professores são muitos os fatores que dificultam a inclusão: a estrutura arquitetônica não contempla a necessidade e a escassez do material acaba por dificultar o aprender do aluno. Pois, é a escola que deve oferecer em sua infraestrutura condições de acessibilidade tanto física para que toda e qualquer pessoa possa transitar sem nenhuma dificuldade quanto dispor de recursos didáticos adequados para atender as necessidades especiais de seus alunos.

Outro fator característico diz respeito as ações e atitudes de toda a comunidade escolar, ela desempenha um papel fundamental na inclusão do aluno, pois a escola deve criar meios para recebê-los. É certo que a relação aluno/professor precisa ser dinâmica e interativa para que haja uma boa inclusão, mas o professor não deve agir sozinho, a escola deve estar em interdisciplinaridade, para poder atender as necessidades de seus alunos e criar condições para a construção social do saber. Contudo, pode-se observar nas falas dos professores, que falta um envolvimento de toda comunidade escolar de estar se sensibilizando e responsabilizando frente às necessidades dos seus alunos.

No bojo dessa discussão ressalta-se que a aceitação do aluno incluído pelos demais ocorre de forma espontânea, sem preconceitos ou pré-julgamentos, uma vez que estão em processo de apropriação da cultura, conseqüentemente, ainda não interiorizaram esses conceitos o que facilita as mudanças de paradigmas.

P (2) Só os adultos que vêem a diferença ... é uma coisa assim normal entre os alunos.

P (3) Para a criança não é difícil, é mais difícil para o adulto de entender isso.

De acordo com as falas dos professores, os alunos incluídos não sofrem atitudes discriminatórias de seus colegas de classe, o grande problema está no adulto. Segundo Mantoan (2003) “A escola prepara para o futuro e, de certo que, se as crianças aprendem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aulas, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão”. Uma vez que, as crianças tidas como “normais” convivem e interagem espontaneamente com a diferença, são os adultos que manifestam comportamentos discriminatórios que geram a exclusão.

A categoria *inclusão escolar x inclusão social* refere-se à importância da escola como

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 294-300	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

um órgão social, que desempenha a mediação entre o aluno e a sociedade. A escola como sendo um dos primeiros contatos do aluno com a sociedade. A seguir destacou-se algumas falas a respeito da importância da inclusão educacional na inserção desses alunos na sociedade.

P (2) Esse é o caminho. Eu acho que essa inclusão escolar é para isso!

P (3) As pessoas são muito preconceituosas, mas eu acho que a escola é o começo, é a primeira família, aqui.

Pode-se observar que há consenso quanto à importância da inclusão escolar para a inclusão da pessoa com necessidades especiais na sociedade. De acordo com as falas dos professores a escola tem o papel de facilitar a inclusão social do aluno. Caracteriza-se como “primeiro passo”, a “primeira família”, portanto, é de fundamental importância que a instituição escolar desenvolva um trabalho satisfatório, pois desse modo, isso refletirá e contribuirá para o emprego de práticas sociais mais compelidas com os princípios norteadores das políticas inclusivas.

Conclusão

Entendemos que o objeto em estudo está em permanente movimento e compreendê-lo significa captá-lo nesse movimento. E as falas dos seis participantes tornaram-se expressão de sujeitos que fazem parte da história do processo da inclusão escolar. Suas respostas, concepções e reações não são apenas individuais, pois são produzidas coletivamente, socialmente, no decorrer da história da sociedade e da educação. Como toda construção, a educação inclusiva é gradativa e lenta.

Os resultados do presente estudo, ainda parciais, indicam que a inclusão nos moldes que vem se efetivando, nas escolas da rede estadual de Paranaíba, está longe de atender ao ideal estabelecido nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001). Pois, quando surge a oportunidade de frequentar o ensino regular, os alunos deparam com a falta de infra-estrutura da escola, falta de capacitação e informação dos professores e de todo sistema de ensino para garantir a permanência dele na escola.

As reações existentes na comunidade escolar frente à inclusão variam bastante. Surge entre as docentes reações de medo, de angústia, frustração e sentimentos de impotência em relação à inclusão. Existem professores que acreditam que a classe especial seja o espaço educacional mais apropriado para o ensino do aluno com necessidades especiais. Os professores, embora sempre dispostos a ajudar, em muitas ocasiões não sabem qual é seu papel para promover a adaptação e atender as necessidades dos alunos.

Assim, como foi verificado neste estudo, Mrech (2008, p. 25) também, nos diz que “o Brasil tem lidado com o paradigma da inclusão com enorme despreparo”, e que o professor do ensino regular ainda não aprendeu a lidar com os alunos diferentes.

Evidencia-se que os sentimentos produzidos por esses professores são fortemente influenciados pelas condições de trabalho às quais são submetidos. Destaca-se que, o desconhecimento e despreparo dos professores podem favorecer a manifestação de atitudes preconceituosas.

Obviamente, não se pode tornar simples, algo que é complexo, isto é, crer que apenas mudar o aluno de endereço, tirando-o da escola especial ou classe espacial e colocá-lo na classe comum do ensino regular esteja se fazendo inclusão. São vários os fatores envolvidos, o qual pode constatar, em princípio, que não estão sendo considerados nesse processo de inclusão escolar.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 294-300	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

Pois, a educação inclusiva não se faz por decreto ou diretrizes, ela é uma construção coletiva, e requer a mobilização e ação organizacional de toda a comunidade escolar, com serviços de apoio da educação especial e a interface com os diferentes setores da sociedade.

Referências

BEYER, H. O. A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. *Cadernos de Educação Especial*, Santa Maria, v. 2, n. 22, p. 33-44, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: Secretaria de Educação Especial – MEC: SEESP, 2001

GLAT, R.; MAGALHÃES, E. & CARNEIRO, R. Capacitação de professores: primeiro passo para uma educação inclusiva. *Perspectivas multidisciplinares em educação especial* Londrina: UEL, 1998.

GLAT, R.; MÜLLER, T, M, P. *Questões atuais em educação especial: uma professora muito especial*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. 4 v.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. de S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. *Cadernos de Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, n. 2, mai/jul. 2007. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2007/02/a5.htm>>. Acesso em: 9 jul. de 2008.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?*. São Paulo: moderna, 2003.

MRECH, L M. *Educação Inclusiva: realidade ou utopia?* educação on-line. Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br>>. Acesso em: 10 maio 2008.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1994.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 294-300	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------